reito a qualquer indemnização relativa a pesquisas que tenha realizado dentro das eventuais áreas parcelares não concedíveis;

b) Caducando os direitos mineiros de terceiros referidos na primeira parte da alínea anterior dentro do período de pesquisa ou sua prorrogação fixado no subseqüente n.º 3.º, as áreas sobre as quais esses direitos incidiam ficarão, para todos os efeitos, integrados no exclusivo de pesquisa outorgado pela presente portaria.

2.º A concessionária fica em tudo sujeita à lei geral e em especial às disposições do Decreto de 20 de Setembro de 1906.

3.º A licença é válida por dois anos, a contar da data da publicação desta portaria, prorrogáveis por mais três anos se a concessionária satisfizer a todas as condições legais e proceder a pesquisas intensivas. A prorrogação não poderá ser concedida sem que a concessionária apresente relatório circunstanciado sobre a natureza, reservas e possibilidade de lavagem do carvão da sua actual concessão.

a) Consideram-se pesquisas intensivas aquelas que, feitas sob um plano previamente aprovado, se traduzirem no dispêndio efectivo na metrópole e na província de uma importância média anual mínima de 800 000\$ em vencimentos, salários e outros encargos contraídos na província e na metrópole relacionadas com a concessão;

b) A concessionária, no prazo de 60 dias, a contar da data da publicação desta portaria, terá de depositar nos cofres do Estado, como caução reembolsável, nos termos da alínea 1) do artigo 19.º do Decreto de 20 de Setembro de 1906, a quantia de 500 000\$, caução esta que poderá ser substituída por garantia bancária devidamente aceite;

c) Durante o período de pesquisa e sua prorrogação a concessionária é obrigada a realizar o estudo geológico de superfície e a prospecção da série carbonífera, aquele apoiado em levantamento topográfico em escala não inferior a 1:20 000, cuja base poderá ser fornecida, no todo ou em parte, pelo Estado, mediante acordo a estabelecer. Entender-se-á por prospecção o conjunto de operações que conduzam ao reconhecimento da extensão da série carbonífera e ao conhecimento das suas características indispensáveis à delimitação das áreas a conceder para exploração;

d) O relatório final do período de prorrogação de pesquisa versará, obrigatoriamente, os seguintes pontos:

1.º Justificação do processo de lavra a adoptar, tendo em atenção o máximo aproveitamento do jazigo, a racionalização dos transportes internos, a segurança do pessoal mineiro e a economia da produção;

2.º Estudo das características de lavabilidade dos carvões que necessitem de tal tratamento e projecto da oficina de lavagem ou, no caso de esse tratamento não ser viável, justificação da sua inviabilidade;

3.º Possibilidade de transportar o carvão pelo rio Zambeze, assunto que será estudado em colaboração com a missão de fomento e povoamento do Zambeze;

4.º Qualquer nova concessão mineira que venha a ser feita implicará para a concessionária a aceitação das condições:

a) Não iniciar na mesma qualquer exploração que não vise ao aproveitamento de todas as camadas de carvão economicamente explorável;

b) Garantir o fornecimento de hulha, dentro dos limites impostos pelos quantitativos de reservas evi-

denciadas, às indústrias que se venham a instalar na zona de influência da área em exploração, a preços estabelecidos de acordo com o Governo;

5.º Serão aplicadas à concessionária as disposições de ordem geral que venham a ser tomadas pelo Governo sobre pesquisas, exploração e venda de minérios.

Ministério do Ultramar, 23 de Março de 1961. — Pelo Ministro do Ultramar, *Manuel Rafael Amaro da Costa*, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Moçambique. — *A. da Costa*.

Junta de Investigações do Ultramar

Comissão Executiva

Missão de geografia física e humana do ultramar

Orçamento de receita e despesa para 1961

Receita

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 1.º «Dotação em conta da verba inscrita no capítulo 13.º, artigo 138.º, n.º 1), do orçamento do Ministério do Ultramar para 1961»	10 000\$00
Artigo 2.º «Dotação em conta da verba inscrita no artigo 29.º, alínea b), n.º 5), do Decreto n.º 43 340, de 21 de Novembro de 1960, para 1961»	600 000\$00
Artigo 3.º «Dotação em conta da verba inscrita no artigo 45.º, alínea e), do mesmo Decreto n.º 43 340, de 21 de Novembro de 1960, para 1961»	400 000\$00
	<u>1 010 000\$00</u>

Despesa

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo 1.º «Despesas com o pessoal»	384 000\$00
Artigo 2.º «Despesas com o material»	247 500\$00
Artigo 3.º «Pagamento de serviços e diversos encargos»	378 500\$00
	<u>1 010 000\$00</u>

O Chefe da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar, *Orlando da Cunha Ribeiro*.

Junta de Investigações do Ultramar, Comissão Executiva, 16 de Março de 1961. — O Presidente, *J. Carrington Simões da Costa*.

Aprovado. — Em 17 de Março de 1961. — Pelo Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, por seu despacho de 1 do corrente mês, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto

n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 3.º

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

Art. 78.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

N.º 2) «Pessoal contratado não pertencente aos quadros»:

De:

1 professor de História da Cultura . . .	— 20 000\$00
1 professor de Filologia Germânica . . .	— 16 000\$00
	<hr/>
	— 36 000\$00

Para:

1 professor de História do Cristianismo	+ 18 000\$00
1 professor de Literatura Italiana	+ 18 000\$00
	<hr/>
	+ 36 000\$00

Conforme o preceituado no artigo 14.º do Decreto n.º 43 425, de 23 de Dezembro do ano findo, esta alteração mereceu o despacho de confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento de 3 do corrente mês.

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 15 de Março de 1961. — O Chefe da Repartição, *Albertino Marques*.

**MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES
E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 18 354

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Corporações e Previdência Social, nos termos da base XIII da Lei n.º 2086, de 22 de Agosto de 1956, aprovar o Regulamento de Processo da Junta Disciplinar da Corporação do Crédito e Seguros.

Ministério das Corporações e Previdência Social, 23 de Março de 1961. — O Ministro das Corporações e Previdência Social, *Henrique Veiga de Macedo*.

**Regulamento de Processo da Junta Disciplinar
da Corporação do Crédito e Seguros**

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Artigo 1.º Os processos que corram perante a Junta Disciplinar da Corporação do Crédito e Seguros reger-se-ão pelo presente regulamento.

§ único. Quando não puder recorrer-se à analogia, os casos omissos serão regulados, na parte aplicável, pelas disposições relativas aos processos disciplinares instaurados contra funcionários públicos e, na falta destas, pelas que regem o processo penal.

Art. 2.º A composição, a competência e as bases do funcionamento da Junta Disciplinar são as definidas nos diplomas legais e regulamentares por que se rege a Corporação.

Art. 3.º Em matéria de qualificação dos factos como infracções disciplinares, de aplicação de sanções e de admissibilidade de recurso de decisões disciplinares, observar-se-á o disposto nos artigos 46.º a 52.º do Decreto-Lei n.º 41 204, de 24 de Julho de 1957, e em quaisquer preceitos especiais das leis, regulamentos ou estatutos.

Art. 4.º A aplicação das penas disciplinares será em geral graduada conforme a gravidade da falta cometida, os seus resultados, a intensidade do dolo ou grau da culpa e os motivos que a determinaram.

Art. 5.º São circunstâncias agravantes da infracção disciplinar, na falta de disposição especial:

a) O facto de o arguido fazer parte dos corpos gerentes dos organismos corporativos;

b) As demais circunstâncias que agravam a responsabilidade disciplinar dos funcionários civis do Estado.

Art. 6.º São circunstâncias atenuantes, na falta de disposição especial:

a) O bom comportamento anterior;

b) A confissão espontânea da infracção;

c) A prestação de serviços relevantes à Nação, nomeadamente à organização corporativa;

d) Quaisquer outras circunstâncias que precedam, acompanhem ou sigam a infracção, se enfraquecerem a culpabilidade do arguido ou diminuïrem por qualquer modo a gravidade do facto ou dos seus resultados.

Art. 7.º O procedimento disciplinar prescreve no prazo de cinco anos, a contar da infracção, se outro não for especialmente fixado.

§ único. Se o facto constituir também infracção criminal, observar-se-á o prazo fixado na lei para a prescrição do procedimento judicial, quando for superior a cinco anos.

Art. 8.º O procedimento disciplinar é independente de qualquer outro.

CAPÍTULO II

Dos membros da Junta Disciplinar

SECÇÃO I

Da competência do presidente

Art. 9.º Ao presidente da Junta Disciplinar compete:

- 1.º Presidir às sessões da Junta e apurar o vencido;
- 2.º Designar as datas das sessões e convocar os vogais da respectiva secção;

- 3.º Preparar os processos para decisão da Junta;

- 4.º Proferir por escrito as decisões da Junta;

- 5.º Julgar os processos que não tenham sido julgados pela Junta no prazo de um ano, ou no da prorrogação que houver sido concedida pelo presidente da Corporação;

- 6.º Decidir provisoriamente os pedidos de suspensão da executoriedade das penas aplicadas pelos organismos recorridos, sujeitando a sua decisão à confirmação da Junta;

- 7.º Avocar os processos disciplinares susceptíveis de recurso para a Corporação que não estiverem julgados no prazo de um ano ou no da prorrogação que houver sido concedida pelo presidente da Corporação;

- 8.º Requisitar dos organismos corporativos ou de coordenação económica parecer sobre a matéria em apreciação;

- 9.º Solicitar das estações oficiais competentes informações ou documentos necessários à decisão do processo;

- 10.º Requisitar à direcção da Corporação o pessoal necessário à execução dos serviços da Junta e dar a este todas as ordens e instruções convenientes;